

A NATUREZA DA GUERRA EM CABO DELGADO

Fernando Jorge Cardoso

Texto entregue em Dezembro de 2021

EM CABO DELGADO TRAVA-SE UMA GUERRA que começou com ações violentas e de pequena escala, no distrito de Mocímboa da Praia em 2017 e que se intensificou na segunda metade de 2019, após a criação da “Província” do Daesh para a África Central, com sede no nordeste da República Democrática do Congo (RDC). A adesão dos insurgentes ao Daesh e a chegada de mais combatentes estrangeiros (tanzanianos já faziam parte do grupo inicial), trazendo armamento mais sofisticado, levou a guerra aos distritos do nordeste. O grupo insurgente, *Ahlu Sunnah Wa-Jama* (ASWJ), que se reivindica do Islão e da Jihad para aterrorizar, destruir e assassinar quem não lhe siga os ditames é conhecido em Moçambique por “mashababos” (plural de Al-Shabaab – juventude, em árabe). Face à fragilidade das forças armadas e polícia moçambicana, o grupo ocupou Mocímboa da Praia em 12 de agosto de 2019 e realizou ataques coordenados e simultâneos noutros distritos. A 24 de março de 2021 atacou Palma, perto da fronteira com a Tanzânia, provocando o êxodo de trabalhadores expatriados que lá residiam e trabalhavam para a TOTAL, levando à paralisação do projeto Mozambique LNG. A intervenção de forças ruandesas a partir de maio-junho (e, desde finais de agosto, da *SADC Mission in Mozambique* – SAMIM), permitiu reconquistar Mocímboa da Praia a 12 de agosto de 2021, repor o perímetro de segurança em volta de Palma e atacar e destruir as principais bases dos “mashababos”. Os insurretos continuam, porém, a realizar pilhagens e terrorismo em menor escala, mas em zonas mais alargadas, incluindo no sul da Tanzânia e, desde final de novembro de 2021, começaram a operar no nordeste da província do Niassa, perto da fronteira tanzaniana, tornando o conflito mais difícil de controlar.

Existe uma profusão de estudos e opiniões sobre o conflito, grande parte elaborados por investigadores moçambicanos, que são polémicos sobre a natureza da guerra, com posições que vão desde a insurgência popular contra o poder, até à agressão externa.



NORTE DE MOÇAMBIQUE

Fonte: <http://ano4subturma3fdl.blogspot.com/2013/04/o-progresso-da-politica-ambiental-em.html>

Existem diversos conflitos em Moçambique. Violentos por vezes, devido a abusos de poder, apropriação de terras, deslocamentos forçados da população, sobre-exploração do trabalho, entre outros. Há falta de oportunidades de emprego ou de negócios em todo o país e, ultimamente, entre 300 a 350 mil jovens chegam anualmente à idade de trabalhar (15 anos), com poucas expectativas de melhor futuro, o que gera frustração e ressentimento. O nível de vida da população tem estagnado, realidade que contrasta com a ostentação de riqueza por parte de membros de elites políticas e comerciais. As políticas públicas de inclusão e de redistribuição da riqueza são escassas, ineficazes ou ficam no discurso oficial. Moçambique não tem sido um bom exemplo de governação, com fenómenos de corrupção, nepotismo, predação de bens públicos e da população, incluindo terra, a serem denunciados pelos media, membros de ONG e investigadores nacionais e estrangeiros e representantes de alguns “doadores”.

“O nível de vida da população tem estagnado, realidade que contrasta com a ostentação de riqueza por parte de membros de elites políticas e comerciais.”

Estes problemas existem, porém, em todo o país, não são específicos a Cabo Delgado nem explicam porque esta guerra deflagrou naquela região, onde a população é, essencialmente, macua, muani e suaíli – e maioritariamente muçulmana. Estes são os maiores protagonistas e vítimas do conflito e, também, a esmagadora maioria dos cerca de 800 mil deslocados do nordeste da província, hoje fortemente despovoada. Caracterizando melhor os aspetos demográficos e religiosos a partir da extrapolação dos dados do censo populacional de 2017, Moçambique tem, à data de hoje, uma população residente de perto de 31 milhões de pessoas, mais de 40% macuas. Em Cabo Delgado, vivem cerca de 2,5 milhões, mais de 70% macuas, a maioria nos distritos do centro-sul e de Palma, cerca de 6% a 7% muanis e falantes de suaíli, concentrados em Mocímboa da Praia, Palma, Macomia, Quissanga e ilhas e menos de 4% macondes, mormente em Mueda, Muidumbe e Nangade. No país, 60% declararam ser cristãos, metade católicos, e menos de 20% declararam ser muçulmanos – o Conselho Islâmico de Moçambique defende serem cerca de 30%. Em Cabo Delgado esta proporção inverte-se – 60% declararam ser muçulmanos e 40% serem cristãos, na maioria católicos.

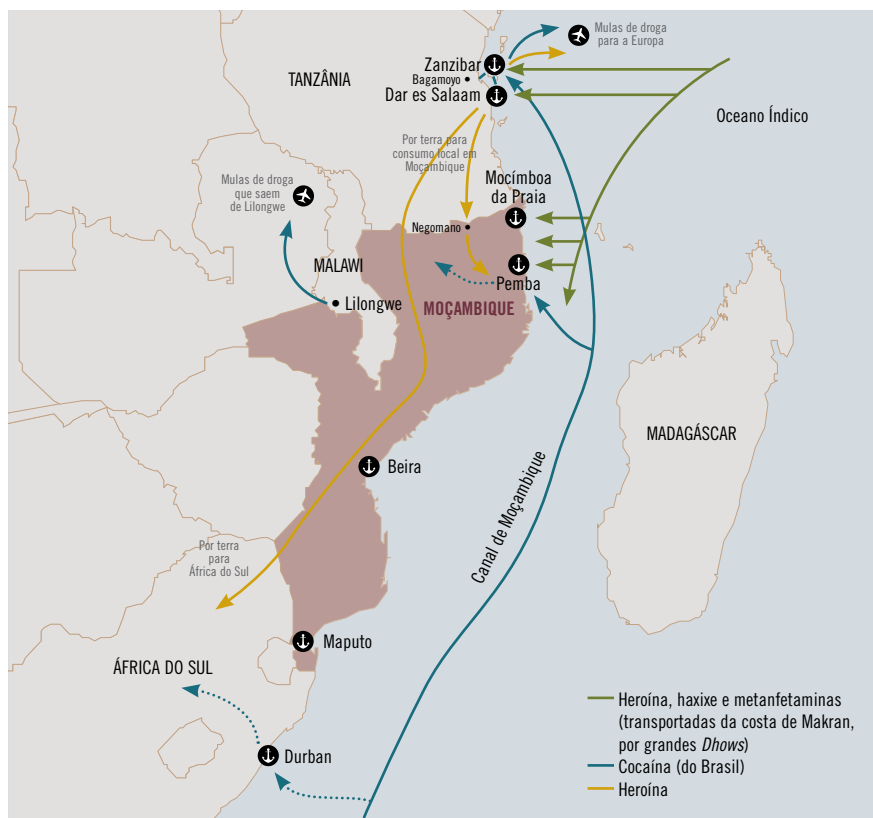
Face a esta caracterização e à prática indiscriminada de violência pelos insurgentes, o conflito em Cabo Delgado não tem características de guerra civil – ele não opõe religiões, grupos étnicos ou regionais. As vítimas são a população local – que, no nordeste de Cabo Delgado, é maioritariamente muçulmana. A guerra não pode igualmente ser apelidada como jihadismo global ou islamismo radical. Incluir Jihad e Islão nas denominações dos “mashababos” é ofensivo para os muçulmanos (incluindo para a Associação Islâmica Wahabita de Moçambique) – afinal, não só a maioria das vítimas é muçulmana, como este tipo de seitas é considerada apóstata por todos os governos muçulmanos e pela esmagadora maioria das autoridades religiosas dos países onde existem comunidades muçulmanas organizadas.

Entre os fatores que contribuem para melhor compreender esta guerra estão o tráfico de drogas, o gás natural e a relevância do Canal de Moçambique.

O tráfico de heroína e metanfetaminas é essencialmente controlado por máfias paquistanesas e a sua rota inicia-se no Afeganistão, seguindo por mar a partir do Paquistão ao longo da costa africana, com fluxos estimados entre 10 a 40 toneladas/ano a passarem por portos moçambicanos, com destaque a Pemba. A rota das metanfetaminas é a mesma e tem crescido exponencialmente nos últimos 3 anos. O tráfico de cocaína, começou a tomar grandes dimensões desde há cerca de 10 anos e a sua rota inicia-se na Colômbia, saindo pelo Brasil com destino ao aeroporto de Maputo e a portos moçambicanos (incluindo o de Pemba). Os mercados de consumo principais da droga são a África do Sul, a Europa e a Oceânia¹ – de acordo com dados fornecidos pelas polícias (incluindo a Interpol) e por diversos observatórios que monitorizam o crime organizado.

O tráfico de droga e, secundariamente, o de recursos naturais², deixa anualmente em Moçambique milhões de dólares norte-americanos, que enriquecem traficantes locais e compram cumplicidades a todos os níveis. A guerra não assenta, porém, no tráfico de droga. Os traficantes prezam estados frágeis e situações de opacidade, não estão interessados em conflitos violentos ou guerras – aliás, a mera hipótese de cobrança de taxas pelos combatentes tem vindo, desde finais de 2019, a deslocar tráfico de Pemba para Angoché, Nacala e outros portos.

Os negócios associados aos projetos de gás natural, incluindo os paralisados ou que ainda não estão em exploração, têm pago concessões ao Estado, contratado parcialmente serviços locais e empregado mão-de-obra moçambicana, embora as receitas tenham diminuído drasticamente desde a paralisação dos trabalhos da TOTAL. Como se pode ver no mapa e na caixa, são 3 os grandes projetos de gás natural líquido (GNL) e neles estão envolvidas 12 companhias de 10



ROTAS DO TRÁFICO DE DROGA

Fonte: <https://www.dailymaverick.co.za/article/2020-06-08-mozambique-arrest-of-brazilian-drug-kingpin-points-to-southern-african-shift-in-global-cocaine-network/>

países. O potencial que se prevê de exploração poderá (se as circunstâncias o permitirem) atingir 31 milhões de toneladas anuais de GNL ainda na presente década, o que faria disparar o PIB de Moçambique. A guerra não deflagrou devido à descoberta e exploração do gás, tendo, pelo contrário atrasado os projetos programados. O gás deu-lhe, porém, visibilidade. A retoma dos projetos depende menos da guerra e mais da procura mundial de combustíveis e vai provavelmente acontecer no curto prazo, não só porque as companhias de energia estão preparadas para operar em ambientes hostis, mas também porque a COP26 em Glasgow manteve o gás como combustível fóssil de transição.

O facto de Cabo Delgado ser um dos pontos de entrada no Canal de Moçambique, concedeu ao conflito notoriedade geoeconómica e geopolítica. Desde logo, porque cerca de 30% do transporte mundial de combustível (navios-tanque de maior calado) passa pelo Canal de Moçambique, para além de por ele transitar mais de 50% do comércio externo da SADC, maioritariamente da África do Sul – o que ajuda a perceber o protagonismo que este país procura ter na SAMIM. A potência com mais capacidade de intervenção militar no canal é a França, que tem evitado protagonismo, até pela excessiva exposição que já tem no grande Sahel. A França está, porém, interessada no controlo do Canal, uma vez que são francesas as ilhas Mayotte, Preciosas, João da Nova, Bassas da Índia e Europa – os limites do controlo marítimo pretendido são bem visíveis no mapa que acompanha este texto.

No respeitante ao envolvimento externo em apoio a Moçambique, a posição dos membros da SADC é coerente com as preocupações regionais. O envolvimento do Ruanda em Cabo Delgado é melhor entendido em função do que o regime de Kigali entende ser o seu perímetro de segurança. A distância Cabo Delgado (e Niassa) a Maputo é menor ou similar à que existe a Kigali, mas também a Dar-Es-Salam, Kampala, Nairobi, Mogadíscio ou ao Kivu na RDC – onde existem forças ruandesas. A cisão na Aliança das Forças Democráticas, que operam no nordeste da RDC, com a maioria dos seus membros a declararem “obediência” ao Daesh em 2019, pouco antes do mesmo tipo de declaração dos “mashababos” e os ataques bombistas em Kampala em novembro de 2021, ilustram as ramificações terroristas nesta grande região, que é considerada por Kigali como fazendo parte do seu perímetro de segurança. Na verdade, o norte de Moçambique está, geopoliticamente, mais integrado na África oriental do que na região da SADC.

A importância da Tanzânia para a estabilidade e segurança de Moçambique é também um elemento essencial, dado ser fronteira com as províncias de Cabo Delgado e Niassa. A pretensão do governo tanzaniano em construir uma fábrica de GNL em Lindi, na fronteira nordeste com Moçambique, terá contribuído para explicar o afastamento inicial daquele país dos esforços da SADC para ajudar Moçambique. Porém, face à renitência da Equinor, norueguesa, e da Shell, anglo-holandesa, em acelerarem o projeto terá, porventura, persuadido a Tanzânia a integrar as

QUEM ESTÁ NA EXPLORAÇÃO DO GÁS

12 COMPANHIAS, 7 PÚBLICAS, 5

PRIVADAS e 10 PAÍSES DE BANDEIRA

França, Índia (3), Tailândia, EUA, Itália, China, Coreia do Sul, Japão, Portugal, Moçambique

TOTAL: TotalEnergies, Privada, França

ONGC: Oil and Natural Gas Corporation, Pública, Índia

BPCL: Bharat Petroleum Corporation Limited, Pública, Índia

BREM: Beas Rovuma Energy Company (BPCL+ONGC) Pública, Índia

PTTEP: PTT Exploration and Production, Pública, Tailândia

ENH: Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, Pública, Moçambique

Exxon Mobil: Privada, EUA

Eni: 70% privada + 30% golden share do governo, Itália

CNPC: China National Petroleum Corporation, Pública, China

KOGAS: Korea Gas Corporation, Pública, Coreia do Sul

Galp Energia: 92,5% Privada, 7,5% Pública, Portugal

Mitsui & Company: Privada, Japão

forças da SAMIM e a intervir na contenção da guerra em Cabo Delgado. Esta atitude faz, aliás, todo o sentido, dado o país ser, desde 2012, alvo do mesmo tipo de insurgência terrorista.

Voltando à questão que origina este ensaio, a guerra em Cabo Delgado tem a natureza de um conflito violento e terrorista contra o Estado e contra tradições culturais e religiosas da população, há muito enraizadas. A ideologia dos “mashababos” assenta em preceitos religiosos sectários e violentos de natureza salafita, considerada apóstata e anti-islâmica pela maioria da comunidade sunita mundial – e moçambicana. É certo que o conflito se alimenta de ressentimentos locais e do recrutamento (voluntário ou forçado) de jovens, mas tal é mais consequência que causa da guerra. O conflito evoluiu, de 2017 a 2019, de ações pontuais para uma guerra de agressão. Os “mashababos” não têm estatuto de beligerante em termos de direito internacional – são, na verdade, tal como grupos similares que operam noutras geografias, uma organização extremista violenta – *Violent Extremist Organisation* (VET), no caso associada à ideologia do Daesh. ■

Notas

¹ Na África do Sul existe há muito um sistema de troca direta de componentes para fabricar anfetaminas por abalone, molusco de valor elevado na Ásia; as metanfetaminas que chegam à África do Sul estão, recentemente, a seguir também para a Austrália e Nova Zelândia por via marítima e aérea, sendo hoje a droga cujo consumo mais cresce naqueles países.

² Madeiras preciosas, marfim e, mais recentemente, rubis provenientes de roubo ou exploração clandestina – o controlo deste tráfico é exercido principalmente por máfias chinesas e vietnamitas.